


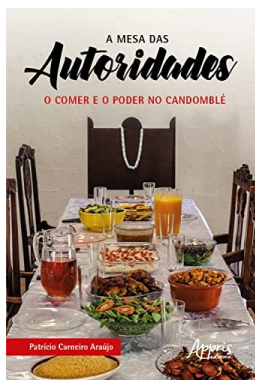
É de comer rezando

Ademir Barbosa Júnior

Doutorando em Comunicação – Universidade Paulista (UNIP), São Paulo, São Paulo
Bolsista – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0009-0000-3888-0507>

E-mail: ademirbarbosajunior@yahoo.com.br



Resenha de:

ARAÚJO, Patrício Carneiro. *A mesa das autoridades: o comer e o poder no Candomblé*. Curitiba: Appris, 2021. 290 p. ISBN: 978-65-5820-585-2.

Texto recebido em: 02/04/2023

Texto aprovado em: 10/05/2023

561

Quando uma comida é muito saborosa, costuma-se usar a expressão popular “É de comer rezando”, a qual nos remete às ceias comunais sacralizadas, que abarcam dos povos originários à missa católica, transpondo os espaços sagrados para os da alimentação cotidiana. Tal expressão potencializa seu sentido quando se trata das chamadas religiões tradicionais de terreiro, onde deuses e homens comungam dos mesmos pratos, em oferendas votivas e no *ajeum* (ceia comunal), sendo essas comunidades, ainda, as primeiras e diretas responsáveis pela segurança alimentar não apenas de seus adeptos, mas do entorno dos terreiros.

Nesse sentido, *A mesa das autoridades: o comer e o poder no Candomblé*, de Patrício Carneiro Araújo, apresenta descrições e análises de diversos processos tradicionais no Candomblé (nome genérico que abarca diversas das chamadas religiões tradicionais de terreiro) e de outros que, à primeira vista, parecem romper a tradição, quando, na verdade, a chancelam. Autor de diversos títulos sobre o tema¹, Araújo, que, além de professor universitário², também é sacerdote, afirma que “tradição e mudança nunca andaram separadas, por mais que alguns

tradicionalistas insistam em defender um modelo de tradição congelada, que talvez só exista na sua imaginação.”. (ARAÚJO, 2021, p. 278)

Dividido em 10 capítulos, o 1o. trata do ato de comer no Candomblé e nas religiões afro-brasileiras em geral, destacando que não apenas o corpo físico come, mas também, por exemplo, o Ori³ e as divindades em geral, como Exu, conhecido, aliás, como “a boca que tudo come” e, segundo um dos relatos mitológicos, regurgita novas realidades, como parece ter compreendido Oswald de Andrade em seu “Manifesto Antropofágico” (1928). É sobre o Brasil em particular como um dos destinos dos escravizados africanos que o 2o. capítulo vai tratar ao demonstrar como na diáspora africana a mesa (“artefato ocidental”) foi assimilada ao cotidiano dos terreiros de Candomblé em relação direta, dialética e dialógica com a tradicional esteira.

O 3o. capítulo evidencia a arqueologia e o trajeto antropológico do bolo em terreiros de Candomblé de São Paulo, Paraíba e Ceará. Elemento ausente nos primeiros tempos do Candomblé (final de século XIX e início do século XX), o bolo se apresenta antes como estética de comemoração (carregada de múltiplos significados) do que como representação do/referência ao sagrado.

O 4o. capítulo trata da chamada “comida de Santo”, com destaque para o Olubajé, a homenagem ao Orixá Obaluaê, “o rei que come no chão”. O 5o., o 6o., o 7o. e o 8o. capítulos tratam especificamente do *ajeum* e das marcações hierárquicas durante as refeições compartilhadas (ordem de serviço, lugares, posições e outros). No 7o. capítulo o autor destaca elementos-objetos que representam muito mais (nos níveis simbólico e hierárquico) do que apoios para o corpo, como cadeiras (símbolos de poder), mesas (pessoais, de jogo de búzios, da cozinha dos terreiros) e mesmo a cama de sacerdotes e sacerdotisas (babalorixás e ialorixás, respectivamente).

O 9o. e 10o. capítulos tratam de tradição e mudança (“que nunca andaram separadas”). Enquanto o 9o. trata da não utilização do corte (sacrifício ritual) no Candomblé, o 10o. registra o início de uma tradição, “As panelas de Oxóssi”, uma festa e um *ajeum* especiais em homenagem ao Orixá da fartura (Oxóssi), sob responsabilidade de Pai Kabila, em Barueri - SP. Em virtude da temática, o 9o. capítulo é um dos mais interessantes (e polêmicos) do livro, uma vez que a) evoca um dos principais motivos de racismo religioso (o corte) em relação ao Candomblé e demais religiões de terreiro; b) aborda tema tabu entre o chamado “Povo de Santo”, uma vez que os mais tradicionalistas consideram perda de identidade (quando não

verdadeira heresia) a não utilização do abate religioso e c) trata da tentativa de apropriação dessa prática por parte de alguns grupos vegetarianos e veganos que veem na ausência do corte um Candomblé *cult* ou *cool* enquanto seus críticos enxergam aí uma tentativa de cooptar adeptos, embora as religiões de Axé não sejam proselitistas. O autor já havia se debruçado sobre o tema em sua tese de doutorado, publicada como livro: *Candomblé sem sangue?: Pensamento ecológico contemporâneo e transformações rituais nas religiões afro-brasileiras* (Curitiba: Appris, 2019). Nesse livro o autor já havia apontado diversos caminhos, não apenas no Brasil, para um “Candomblé sem sangue”, localizando sua origem, inclusive, na ancestralidade africana, onde a corte de Ossaim (sangue verde: ervas) teria se desenvolvido paralelamente à corte de Exu (sangue vermelho: sangue animal), tendo ambas sido transplantadas para as Américas na diáspora africana. Portanto - e apesar de iniciativas isoladas, cujo paradigma maior é o babalaô (sacerdote específico de oráculos como os búzios e outros) Agenor de Miranda (1907-2004) - o “Candomblé sem sangue” seria antes a manutenção (por aqueles que já o praticavam) e a retomada (por aqueles que começaram a vivenciá-lo) de uma tradição do que uma cisão, uma ruptura, uma transgressão.

Das referências paulistas para o Candomblé sem corte, o autor destaca Mãe Solange Buonocore, Iya Senzaruban e o Ogã Tata Obasiré. A respeito de Mãe Solange, o autor ressalta que “conforme relatado no livro *Candomblé sem sangue?* (ARAÚJO, 2019), a ialorixá Mãe Solange Buonocore afirma que, na casa dela, a abolição do sacrifício não está ligada ao vegetarianismo.” (ARAÚJO, 2021, p. 244)

Sobre Iya Senzaruban, ialorixá do Ile Iya Tunde, localizado hoje em Embu das Artes - SP, o autor registra que

Ao longo da entrevista, insisti em perguntar, por exemplo, se a maioria dos filhos era vegetariana; ela respondeu: “Nada. Não”. Então, insisti na pergunta: “A senhora é vegetariana?” E ela respondeu: “Não. Eu já fui durante vinte anos, mas eu comia ovo e produtos de laticínio, mas então eu fui durante vinte anos. Mas eu tive um CA. Tive câncer e aí quando eu fui pra quimioterapia não segurei a onda.” (ARAÚJO, 2021, p. 247)

Indagada se praticaria o que outros chamam de “Candomblé vegetariano” ou como, então, classificaria o Candomblé por ela praticado, a ialorixá respondeu:

Sem cortes. Por quê? Aí falam: “É uma umbanda?!” Não, não é uma umbanda. Porque todo mundo tem preceito, e não é preceito de umbanda. Porque na umbanda todo mundo faz o batismo. Porque eu também posso falar de umbanda, né? Umbanda, umbanda. Não é umbandomblé. Umbanda, umbanda. São os mesmos preceitos. (ARAÚJO, 2021, p. 247-248)⁴

A respeito de Tata Obasiré (Ademir Barbosa Júnior), filho de santo de Iya Senzaruban e Ogã⁵ do Ile Iya Tunde, Araújo, que já havia resenhado em revista acadêmica⁶ um dos livros do autor (*O corte: provocações sobre o abate religioso*. São Paulo: Pluralidades, 2020), destaca duas situações. A primeira é “uma matéria jornalística escrita por um dos Ogãs de sua casa” (ARAÚJO, 2021, p. 246) que teria tornado Iya Senzaruban “conhecida no ciberespaço” (ARAÚJO, 2021, p. 246). No texto, “republicado em vários blogs” (ARAÚJO, 2021, p. 246), aparece o termo “Candomblé Vegetariano”, de então uso corrente em conversações entre a ialorixá e seu Ogã. A matéria e suas múltiplas republicações certamente contribuíram para popularizar o termo.⁷

Dialética e dialogicamente, quanto mais vivencio o Candomblé Vegetariano, mais aprendo a respeitar o fundamento do corte. É natural que o Candomblé Vegetariano atraia vegetarianos, pessoas e entidades que trabalham com resgate e direitos de animais, contudo isso não nos confere o direito de discriminar irmãos-de-santo, terreiros etc. Prática plural e geralmente inclusiva, o Candomblé, em sua vertente vegetariana, não atrai apenas os que não comem carne ou que não trabalhem o corte como fundamento: as portas estão sempre abertas a todos. Conforme registrei em diversos escritos (e faço disso um lembre para mim, como integrante do Ile e como Ogã), e isso não se aplica apenas ao Candomblé: “Candomblé Vegetariano: uma prática que respeita os fundamentos de outras tradições e amorosamente também exige respeito”. (BARBOSA JÚNIOR, 2011; ARAÚJO, 2021, p. 246)

A segunda situação refere-se a *O corte: provocações sobre o abate religioso*, livro resenhado por Araújo em 2020, no qual Tata Obasiré “não só explica detalhadamente em que consiste o ‘Candomblé sem corte’ praticado por Iya Senzaruban, mas também historiciza a trajetória desta ialorixá” (ARAÚJO, 2021, p. 252):

Diacronicamente, portanto, o candomblé sem corte abriu caminhos para a ruptura com a tradição do corte no Brasil, pois o primeiro iaô sem cortes (hoje Ebômi Tata Mutaladecy) foi feito por Iya Senzaruban em 1992. E, desse momento, até agosto de 2019 contam-se 10 ogãs, 05 equedes, 22 iaôs, 12 ebômis, 09 ialorixás e 01 babalorixá

preparados por Iya Senzaruban no Ile Iya Tunde. Certamente houve Brasil afora iniciativas isoladas, mas infelizmente não registradas (BARBOSA JÚNIOR, 2020, p. 30; ARAÚJO, 2021, p. 252)⁸

O 9o. capítulo destaca-se no livro em virtude dos questionamentos levantados a respeito da dialética entre o uso ou não do corte; o tradicionalismo e a tradição; a identificação das raízes afro-americanas na corte de Ossaim e a tentativa de apropriação cultural de saberes ancestrais por parte de alguns grupos vegetarianos e veganos, mas também porque demonstra, em relação ao livro anterior (*Candomblé sem corte?*) o aprofundamento das pesquisas do autor ao ouvir e registrar vozes tão plurais e ao mesmo tempo com embasamento comum nas falas do babalaô Agenor de Miranda. Como pesquisador, Araújo sabe que tantas outras vozes se perderam tanto por falta de registro (escrito, visual, fonográfico etc.) quanto pelo abafamento das lideranças mais tradicionalistas nos Cultos de Nação.

A questão do corte (sacrifício ritual) nas religiões tradicionais de terreiro denota racismo religioso num país que pouco (ou nada) se incomoda com o abate *kosher* (comunidade judaica) e *halal* (comunidade islâmica); que muitas vezes protestam à porta de terreiros, mas fecha os olhos para as condições cruéis de criação e abate em larga escala e para consumo comercial⁹; que finge ignorar o fato de as comunidades mais pobres do entorno de muitas das chamadas “casas de Axé” consomem carne apenas em dias de grandes festas litúrgicas, com distribuição indistinta de alimentos aos vizinhos, e não apenas aos membros da comunidade-terreiro.

Ao aliar metodologia acadêmica e experiência em chão de terreiro; observar e analisar as marcações hierárquicas (ora mais rígidas, ora mais tênues, porém sempre marcadas pelo princípio da senioridade¹⁰); descrever e abordar movimentações, retomadas amálgamas e transformações no Candomblé, Patrício Carneiro Araújo atiça o paladar do (a) leitor, tempera saber e sabor e deixa as panelas abertas para diálogos, questionamentos, contraditórios. São temas que, por bem conduzidos, não azedam nem enjoam. É de comer rezando.

NOTAS

¹. Seu último trabalho é *Comida com gosto de política: alimentação e integração internacional numa nova diáspora africana* (Rio de Janeiro: Metanoia, 2022), livro que divide com outros (as) autores (as).

2. Atualmente é Professor de Antropologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e pós-doutorando em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
3. “A cabeça humana, na tradição iorubá, receptáculo do conhecimento e do espírito, tão importante que cada Orixá tem seu Orí. É alimentado, como no caso do Borí, a fim de manter-se equilibrado. Trata-se, ainda, da consciência presente em toda a natureza e seus elementos, guiada pelo Orixá (força específica).” In: BARBOSA JÚNIOR, Ademir. *Candomblé: uma religião ecológica*. São Paulo: Anúbis, 2016, p. 73.
4. Vale ressaltar que, embora não seja fundamento primeiro da religião de Umbanda, vários segmentos e/ou terreiros umbandistas praticam o corte (sacrifício ritualístico).
5. Ogãs são “homens que não entram em transe, possuem diversas funções num terreiro, sendo a mais conhecida o toque.” (BARBOSA JÚNIOR, 2016, p. 89). O fato de Tata Obasiré ser sacerdote umbandista (Pai Dermes de Xangô) da modalidade que entra em transe (apenas na Umbanda, não no Candomblé) é motivo de questionamentos por parte dos mais tradicionalistas.
6. ARAÚJO, Patrício Carneiro; BARBOSA JÚNIOR, Ademir. O corte: provocações sobre o abate religioso. São Paulo: Pluralidades, 2020. *Campos: Revista de Antropologia*, v. 21, n. 2, p. 214-217, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cra.v21i2.76198>.
7. Embora Araújo aponte 2011 como a publicação na internet, o texto foi publicado originalmente no ano anterior no livro *xirê: orikais* (Piracicaba: Limão Doce, 2010), que marca a entrada oficial do autor na religião de Umbanda (a qual frequentava na infância, em terreiro da família, e em outros momentos na fase adulta) e, portanto, sua dupla pertença religiosa.
8. Iaô: “Filho-de-santo (que já incorpora Orixá)”; Ebômi: “Quem já cumpriu o período de sete anos da iniciação”; Equeudes: “Mulheres que não entram em transe e prestam assistência aos Orixás”. (BARBOSA JÚNIOR, 2016, p. 92 e 89).
9. Barbosa Júnior (2020, p. 11) discorre sobre a fala de uma sacerdotisa de Candomblé e veterinária, na Câmara Municipal de Campinas - SP, sobre os cuidados para a criação e o abate de animais em terreiro sob o ponto de vista da Medicina Veterinária, cuidados estes aliados aos saberes ancestrais afro-brasileiros.
10. O que caracteriza o (a) mais-velho (a) não é a idade cronológica, mas o tempo de iniciação e a função hierárquica.

Ademir Barbosa Júnior é Doutorando em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP). Mestre em Literatura Brasileira e Bacharel em Francês/Português pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-graduado em Ciências da Religião pelo Instituto Prominas. Doutor Honoris Causa pelo Movimento Cultural Negro Ginga - Instituto Educacional Ginga (MCNG-IEG – Limeira, São Paulo) e pela Federação Brasileira de Artes, Ciências e Letras (FEBACLA – Rio de Janeiro). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Finance Code 001.

Como citar:

BARBOSA JÚNIOR, Ademir. A infância em textos literários. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 1, p. 561-567, jan./jun. 2023. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Resenha de: ARAÚJO, Patrício Carneiro. *A mesa das autoridades: o comer e o poder no Candomblé*. Curitiba: Appris, 2021.